



BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

CRIADO PELA LEI Nº 014/97 de 17.07.97

NÚMERO 212

DIAS/MÊS 18 de Maio

ANO 2003



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM

LEI Nº 0095, DE 19 DE MAIO DE 2003.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, A FIM DE ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM aprova, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder executivo autorizado a efetuar contratação de pessoal por tempo determinado a fim de atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público, a fim de que o serviço público não sofra solução de continuidade, nem deixe de ser implantado e ampliado as atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, inclusive através de ações da Jornada Ampliada.

Art. 2º. A autorização a que se refere o artigo anterior, destina-se, exclusivamente, a contratação de até quatro monitores.

Art. 3º. A contratação de que trata o artigo anterior terão validade pelo prazo de até um ano a contar da celebração do respectivo instrumento ou, segundo a conveniência e necessidade da administração, podendo ser renovado por uma única vez e por igual período.

Parágrafo Único. O contrato de que trata a presente lei não criará vínculo de natureza estatutária ou trabalhista entre o contratado e administração, regendo-se pelos arts. 1.215 a 1.225 do Código Civil, podendo ser rescindido a qualquer momento por qualquer das partes em caso de infração contratual ou por conveniência da Administração, sem direito a qualquer tipo de indenização, ressalvado o pagamento dos dias efetiva e comprovadamente trabalhados.

Art. 4º. O recrutamento e seleção do pessoal a fim de atender os objetivos desta lei se fará de forma simplificada, sujeito a ampla divulgação no município e prescindirá de processo seletivo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM

BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

CRIADO PELA LEI Nº 014/97 de 17.07.97

NÚMERO

Nº 218

DIA/MÊS

18 de Maio

ANO 2003



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM

Art. 5º. A contratação somente poderá ser efetuada com estrita observância da dotação orçamentária específica, mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Público Municipal;

Art. 6º. Fica expressamente vedada a contratação de pessoal que já mantenha vínculo estatutário, trabalhista ou que exerça cargo comissionado ou função gratificada com qualquer dos Poderes Municipais ou ainda com qualquer entidade da Administração pública direta, indireta ou fundacional.

Art. 7º. A remuneração do pessoal contratado nos termos desta lei não poderá ser inferior a R\$ 240,00 (duzentos quarenta reais), garantindo-se o piso mínimo de um salário mínimo, e será custeada com recursos oriundos do PETU/Jornada Ampliada.

Art. 8º. O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá receber atribuições ou encargos estranhos ao estabelecido no respectivo contrato, substituir, ainda que a título precário ocupante de cargos comissionados ou funções gratificadas, nem ser novamente contratado sob o mesmo regime, ressalvado o disposto no art.3º.

Art. 9º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de cada unidade Orçamentária constantes do Orçamento Municipal.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

2003. Prefeitura Municipal de Capim, em 19 de maio de


JOÃO BATISTA ROCHA
PREFEITO

